



transparência

Rua Marim, 104
Centro - Tel: 211-7857
CEP: 49010-340
Aracaju-SE
Email: sindiserj@netserj.com.br

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - SINDISERJ

Filiado a FENAJUD

ARACAJU-SE, MAI / AGO - 1998 / Nº13 ANO III

Projeto de gratificação é aprovado pela Assembléia

Após quatro meses de muitas discussões e expectativas, foi aprovado na última terça-feira, dia 15 de setembro, na Assembléia Legislativa, o projeto de Alteração de Gratificação do Judiciário. Com a aprovação, a gratificação que anteriormente era de R\$ 123,00, a partir do dia 01 de dezembro, passa a ser de R\$ 246,00. Embora este percentual não atenda de forma imediata as necessidades dos servidores, não deixa de ser um grande passo na busca de melhores condições salariais.

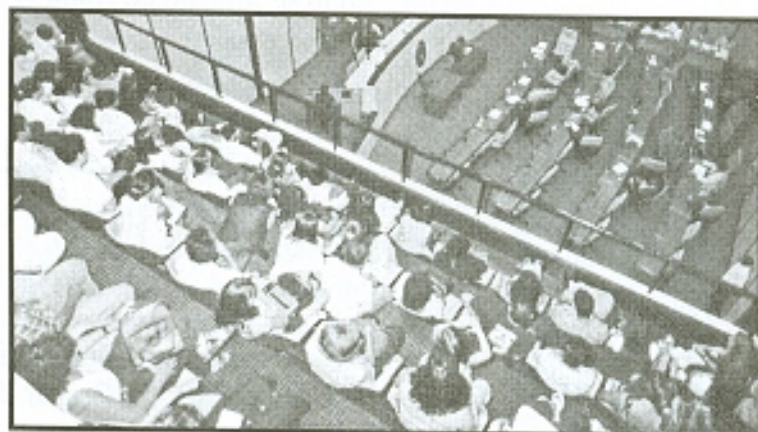
O valor e a data de pagamento foram consolidados através de um acordo feito entre o Governo do Estado e a cúpula do Tribunal de Justiça, sendo o Sindiserj - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, apenas comunicado da decisão e não consultado sobre a mesma. "Se o projeto tivesse sido votado nas ditas semanas em que foi adiado; teria sido aprovado no seu texto original. Pois, este sindicato já havia fechado com os deputados da oposição e com dois da situação; Eduardo Marques, PMDB e José Rivaldo, PSDB", argumenta Cláudio Siqueira, presidente do Sindiserj.

Durante a sessão do Plenário alguns deputados se manifestaram favoráveis à causa dos servidores e criticaram a falta de apoio do governo e do próprio TJ.

"A demora na apreciação e aprovação do projeto se deu em virtude da forma confusa e incompleta pela qual o Tribunal de Justiça enviou a essa casa", re-

clama o deputado Bosco Mendonça, PMDB.

Já a deputada Suzana Azevedo, PSB, criticou as emendas do projeto e ressaltou a ingerência do governo com relação ao servidor público. "Se o governo quisesse teria aprovado o projeto original, por que o mesmo dis-



A presença dos servidores nas votações

punha de recursos. Esse percentual não é o ideal, mas foi o que o Tribunal de Justiça acordou com o governo", afirma. A deputada também parabenizou a atuação que os servidores do Poder Judiciário adotou durante todo tempo Chagas, PSB, parabenizou os servidores pela pressão exercida no decorrer do processo. "Sem a pressão dos servidores, não teríamos chegado a nenhum lugar", elogia.

"Os servidores foram penalizados porque o projeto não foi aprovado no seu texto original", salienta Luciano Nascimento, PFL. Ele também comentou o fato do aumento não ter sido extensivo aos servidores do Executivo.

Para o deputado Ismael Sil-

va, PT; embora a gratificação tenha sido uma conquista parcial, não deixou de ser um grande passo. "É uma vitória da raça e da luta dos servidores", salientou.

"Atribuo essa conquista aos servidores da Justiça. Mesmo sendo do partido do governo, voto contra o governo e a favor dos ser-

viadores", disse o presidente do Sindiserj. ação dos deputados Maria Mendonça, PPB, Antônio Passos, PFL e principalmente de Eduardo Marques, PMDB. "O Dep. Eduardo Marques adotou esse projeto desde a sua chegada à Assembléia Legislativa, nos incentivando nos momentos mais difíceis", disse o presidente do Sindiserj.

Ao contrário dos deputados que favoreceram justamente os servidores, três deles merecem total repúdio dos servidores públicos: Ulices Andrade, PSDB, Bosco Costa, PPB e Joaldo Barbosa, PMN. Esses péssimos representantes dos interesses do povo e do funcionalismo público devem ser execrados nas urnas para que possamos sonhar com dias melhores. Eles atrapalharam e votaram contra nossos interesses. Não devem ser esquecidos.

Sindicato consegue congelar valor da UNIMED

O SINDISERJ através das negociações realizadas com a diretoria da UNIMED, conseguiu manter sem reajuste o valor da mensalidade descontada pelos servidores conveniados. Segundo o presidente do sindicato, a diretoria da referida cooperativa almejava um aumento de 4% no valor da mensalidade. Graças à atuação da nossa entidade sindical, o valor descontado continuou sendo o mesmo do ano passado.

Foto: Marcos Lopes

EDITORIAL

De depois de um jejum de pelo menos quatro meses pela controvérsia para a aprovação do reajuste da gratificação judiciária, o nosso jornal volta com todo pique para informar nossos filiados e uni-los na luta por melhores condições de trabalho e defesa dos nossos direitos.

É inegável que para a aprovação do projeto de reajuste da gratificação, tivemos de mobilizar todos os servidores, daí porque parabenizamos todos os filiados da capital que compareceram à Assembleia para pressionar as votações e principalmente os servidores do interior, que atuaram junto aos seus deputados, para que viessem votar o projeto - aliás, como se isso não fosse obrigação deles!

Passada essa etapa, podemos visualizar com mais tranquilidade todo o processo por que passamos. Foi uma verdadeira guerra para se aprovar um aumento (ou melhor, uma atualização) de R\$123,00. É bom lembrar que quando o Governo se viu vencido, agiu com uma contraproposta de diminuir o valor da gratificação e adiar o pagamento para 1º de dezembro. O papel da cúpula do Tribunal de Justiça deveria ser mais enérgica.

O TJ deveria questionar as emendas impostas pela Assembleia Legislativa. Faltou mais sensibilidade da cúpula do TJ, que poderia impor condições mais favoráveis para o reajuste, antecipando a data para 1º de outubro, notando que não foi exigido retroativo desde quando da aprovação do projeto.

É inegável, sobretudo, a atuação do SINDISERJ para a aprovação da gratificação. O sindicato fez um verdadeiro PLANTÃO na AL, agiu junto aos deputados, aos servidores da capital e do interior, lembrando que se não fosse a atuação do mesmo, o projeto seria engavetado e esquecido. Mais um ponto de vitória para a nossa entidade sindical.

Como meta para a próxima campanha, está o projeto de mobilização em favor do pagamento das URV's, direito nosso e que deve ser honrado a qualquer custo, para que a justiça prevaleça. O SINDISERJ mais uma vez mobilizará todos os servidores em prol dessa campanha e precisará do apoio de toda a sua base. O filiado deve vestir a camisa dessa luta e não mostrar apatia ou pessimismo diante desse novo embate.

Nesta edição, uma ótima entrevista com o presidente da OAB/SE, César Britto, a nova sede do sindicato, neoliberalismo e sindicalismo, entre outros temas. Boa leitura e otimismo, sempre.

SINDISERJ em nova sede

Graças ao empenho da diretoria do Sindiserj, uma nova sede está à disposição dos filiados, localizada entre as ruas Maruim e Arauá, 104, no centro da cidade. A nova sede possui dois andares, com um ótimo espaço, bem arejada e confortável para o bom atendimento ao filiado.

Também foram adquiridos novos móveis como cadeiras, birôs, estantes e arquivos, que já estavam bastante gastos pelo tempo e pelas mudanças de sede. Esperamos a visita de todos os filiados, pois a nova casa é destinada a todos os que são a razão de ser da entidade.

Cresce o número de filiados

Depois dos rumores de que o pagamento das URV's só seria pago aos filiados do SINDISERJ, representante legal no processo que visa recuperar as perdas quando da atualização do Real, são inúmeros os servidores que estão se filiando ao sindicato. Importante lembrar que o valor do sindicato é demonstrado nestes momen-

tos. O servidor precisa conscientizar que é ele a base do sindicato - não se faz uma entidade forte, sem o filiado. Este não pode aderir à entidade somente nos momentos oportunos, mas estar com ele nos piores embates, só assim se conquistará efetivamente valores reais de melhoria trabalhista e por fim, cidadania.

transparência

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - SINDISERJ

Presidente

Cláudio Siqueira Carvalho

Vice-Presidente

Jairo Cardoso de Albuquerque

Secretário Geral

Maria de Fátima Guimarães

Secretário de

Economia e Finanças

Gercília de Jesus Santos

Secretário de

Formação Sindical

Josué Soares de Jesus

Secretário de Cultura,

Esporte e Lazer

Remo Alcântara Santos

Secretário de Mob.

Divulgação e Imprensa

José Ronaldson Sousa

Suplentes

José Ribeiro dos Santos

Zeni Balista dos Santos

Antônio André Ferreira

Rosimeire Calazans dos Santos

Conselheiro Fiscal

José Soares dos Santos Filho

José Martiliano dos Santos

José Patrocínio Moura

Suplentes

Rosa Cristina Andrade Murad

José Lauro Oliveira Santos

Direção:

Cláudio Siqueira Carvalho

José Ronaldson Sousa

Jornalista Responsável:

Cristiane Rezende - DRT/SE 657

Editoração Eletrônica:

Geraldo Costa (251-1314)

Impressão: Gráfica O Popular

Tiragem: 1500 exemplares

SINDISERJ - Rua Maruim, 104

Centro, Aracaju/SE

CEP 49010-040 Tel. 211-7857

E-mail: sindiserj@eribeiro.com.br

“Quem combate de fato o projeto neoliberal é o sindicalismo”

O Presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário de Goiás e da Federação Nacional dos Servidores da Justiça, Ubaldo Barbosa fala sobre as relações entre sindicalismo do futuro, o Judiciário e a política econômica planetária. A seguir, trechos de entrevista exclusiva concedida à Revista do Sindjus

O movimento sindical tem que democratizar sua estrutura e ampliar suas bandeiras de luta, na forma de permitir que amplos setores da sociedade, que hoje estão excluídos desse processo, como os sem terra, os sem educação, os sem saúde, os sem teto, os sem futuro, para que nós consigamos juntar todos esses setores organizados para combater os sem vergonha.

A política neoliberal tenta ferir de morte o movimento sindical. Hoje, na sociedade civil quem tem se contraposto a esse projeto político é o movimento sindical. Não é a igreja Católica, não são as demais religiões, não são os setores do empresariado. Isso explica a ira e a sanha enlouquecida, dos neoliberais contra o movimento sindical.

Para que o projeto neoliberal consiga prevalecer no Brasil e em outros países tem que combater de morte o movimento sindical. Nesse sentido é importante que se aponte para a categoria novas formas de luta.

A democratização do Poder Judiciário é para que a sociedade possa ter acesso a esse serviço e, consequentemente nós possamos respirar um pouco de ar democrático dentro do Judiciário.

Na verdade não existe uma proposta de reforma do Judiciário. O Nelson Jobin, ex-ministro da Justiça, desengavetou duas propostas que havia no Congresso. Uma do José Genuíno, do PT de São Paulo, e outra do Hélio Bicudo, também

do PT de São Paulo.

Na época, foi nomeado um relator que era um deputado do PFL da Bahia ligado a Antônio Carlos Magalhães, que é um visceral inimigo do Poder Judiciário. Essa proposta começou a ter uma tramitação rápida, apoiada por setores do Governo. Só que encontrou várias resistências porque, na verdade, eles não querem reformar o Judiciário, eles querem é controlar as decisões do Judiciário.

Nós defendemos a reforma no Judiciário, queremos um Judiciário autônomo, democrático e independente. Na nossa avaliação as mudanças no Poder Judiciário passam pela sua autonomia e independência. A autonomia política coloca poderes e dá condições para que os Poderes sejam harmônicos e independentes entre si. Hoje o Poder é muito mais harmônico do que inde-

“Hoje o movimento sindical no Brasil passa por um certo refluxo. É necessário que o movimento discuta seu papel social e as perspectivas de atuação. Precisamos fazer um diagnóstico do paciente e ao mesmo tempo apontar o tipo de medicamento que ele precisa tomar”.

pendente.

Na medida em que, todo mês, o presidente do Tribunal de Justiça tem que estar com um pires na mão para pedir dinheiro para pagar a folha de pagamento, não há autonomia. Isso sem falar na melhoria das condições de trabalho e na implantação e informatização de comarcas. Hoje no interior do Brasil existem comarcas que



Ubaldo Barbosa

são verdadeiros apêndices das prefeituras. Toda estrutura é da prefeitura. Até para cumprir um mandado, o Judiciário precisa da gasolina da prefeitura. Hoje, o que está na ordem do dia é a reforma administrativa e a reforma da previdência. Na reforma admi-

dia estará no olho da rua.

Porque a pane menos nobre do Judiciário somos nós. Quando nós vamos fazer um mandado de busca e apreensão de um carro, o proprietário pensa que fomos nós que tomamos aquela decisão.

Quando intimamos uma que vai ser presa também ela achará que fomos nós que tomamos aquela decisão. Neste sentido, a estabilidade é uma garantia não só dos servidores do Judiciário como para a continuidade do serviço público.

Outra questão que está na ordem do dia é a reforma da Previdência. Setores da Magistratura articularam uma emenda ao artigo 93 onde se coloca e se aplica para ela e para os ministros do Tribunal de Contas a reforma da previdência só no que couber. O restante dos setores do funcionalismo público fica fora da emenda.

nistrativa o que está em jogo é o fim do concurso público e o fim da estabilidade. A estabilidade é muito importante para o Judiciário. Imagine nós intimarmos o filho do prefeito de Campo Grande no balcão. Se um funcionário fizer isso no outro dia estará no olho da rua. Se intimarmos o Governador porque não está cumprindo a legislação eleitoral, e no outro

Transparência - Qual tem sido o papel da OAB neste momento de grandes manifestações nacionais por parte de entidades civis?

César Britto - A OAB se compreende como integrante da sociedade civil. E como tal, tem buscado organizar vários movimentos de conscientização da sociedade. Recentemente estivemos juntamente com o Centro Acadêmico Sílvia Romero e com a Universidade Federal de Sergipe num evento para denunciar os ataques a Constituição Federal. Estamos com uma política mais clara de defesa dos direitos humanos, fizemos uma comissão específica, visando o combate ao preconceito, a defesa do consumidor, do meio ambiente, da terra e do patrimônio público. Temos várias instituições na

OAB que tem a função clara de defender a sociedade e a cidadania.

T - Como o senhor avalia o Governo Fernando Henrique Cardoso, e seu projeto econômico denominado neoliberal?

C.B. - Com bastante preocupação. Primeiro, o governo tem sido executado mediante medida provisória. Está se substituindo o papel democrático do Legislativo pelo governar mediante medida de sanção que é a que nós chamamos medida provisória. Isso é grave para o princípio do regime democrático que nós estamos adotando. Segundo, o neoliberalismo traz consigo algumas questões como a flexibilização da economia e do direito do trabalho. Isso significa a possibilidade do trabalhador brasileiro ganhar menos do que já se ganha. No Brasil nós temos uma legislação do mínimo, é o salário mínimo, horas extras mínimas, férias mínimas. E se você permite que o mínimo possa ser negociado nós podemos elevar o Brasil a condição de trabalho semi-escravo como existe na Ásia. Terceiro, é o desemprego, que é grave em função da opção pelo capital e não pelo social. Precisamos corrigir os rumos, principalmente para evitar

o agravamento da questão social.

T - As privatizações no setor estratégico da economia nacional tem se pautado pela legalidade? A OAB tem acompanhado os processos, como da Petrobrás, Eletrobrás e agora as Telecomunicações?

C.B. - Tem. A OAB entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra a privatização da Vale do Rio Doce, retardando o processo de privatização da empresa. Em Sergipe, ingressou com uma ação de inconstitucionalidade contra privatização da Energipe. A OAB assim age por que entende que a forma como, está se efetivando o processo de privatização tem causado prejuízo ao patrimônio público, quer seja no preço, quer seja pela não observação da questão estratégica de que cada estatal representa. A sociedade estatal precisaria de lei específica para uma discussão mais ampla sobre privatizações e isso não está ocorrendo no Brasil.

T - A OAB em Sergipe foi uma das coordenadoras da Campanha contra a fome dirigida por Betinho. Aquela campanha deu certo?

C.B. - A Campanha deu certo apenas no aspecto de que é preciso uma ação coletiva para se combater a fome. Enquanto não mudar a conscientização do povo de que o problema do cidadão é coletivo e nosso. Porém, o Brasil vive de questões episódicas com a morte de Betinho a campanha sofreu um recuo natural e consequência disso são os saques que nós estamos acompanhando. O saque pela necessidade de comida, pela necessidade de sobrevivência, isso porque essa preocupação coletiva de acabar com problema da fome ficou mais a nível da população do que a nível de governo. Faltou uma política de governo séria e de combate do que nós chamamos de aumento da miséria no população brasileira.

T - Agora estamos na onda dos saques. O senhor é contra ou favor deste tipo de manifestação?

C.B. - Sou contra a fome. A fome não pode ser defendida por quem quer que seja, não é sem razão que o ministro do Supremo Tribunal, Setúbal Pertence disse que os furtos em consequência do es

Foto: Marcos Lopes



"Estam sem r Isso é à co

O pres.
gados do Br

Britto é o entrevistado da edição. Casado, empresário, César Britto, Federal e Consel. SE. Durante a entrevista, falta ao povo brasileiro a definitiva da cidadania, diz. Ele critica as privatizações, servidão e outros temas

tado de necessidade da fome não é crime. Nesse sentido quem não compreende o que é fome, será sempre contra o saque por sobrevivência.

T - O senhor acha que o Governo Federal esta demorando para definir a questão agrária no país?

C.B. - Não tenho dúvida. Isso não é só uma questão do governo federal, estamos num momento em que se fala da reforma da constituição e ninguém discute por que a atual Constituição Federal é pior do que a anterior e até pior do que o próprio estatuto da terra no que se refere a questão da reforma agrária. A Constituição atual dificulta a reforma agrária, tendo como consequência, o grande estado de calamidade pública que vive o Brasil. Onde os pobres estão cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos e a concentração de terra cada vez maior. Entendo que a reforma agrária é urgente, necessária e precisa de coragem do governo. O governo quer reformar a constituição de forma

"No Brasil temos uma legislação do mínimo: é o salário mínimo, horas extras mínimas, férias mínimas."

até desesperada, por que não reformular sua parte ruim, que é aquela que impede uma justa distribuição de terra no país.

T - O que esta faltando para

que o povo brasileiro conquiste definitivamente sua cidadania

C.B. - Ter consciência de ser cidadão. Isto é um problema no Brasil. O brasileiro talvez por que tenha vivido quase 30 anos de ditadura não tenha compreendido que o mundo mudou e que preciso lutar. Está faltando a conscientização do papel e da importância de ser cidadão.

T - E quanto aos trabalhadores do serviço público? As privatizações acompanhadas pelo PDV's estão reduzindo a categoria como o senhor vê essa situação?

C.B. - Se o Estado na função anual não é mais de função pública, mas apenas de garantir a mínima para que o capital estrangeiro aqui ingresse ou próprio capital nacional fortalecido se encontre a compreensão do Estado o servidor não pode ser tratado condicionalmente essa é a compreensão de

há quatro anos juste salarial. m atentado stituição"

a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Sergipe, César de Faria, natural de Pernambuco, foi Conselheiro Seccional da OAB/PE. Ele destaca o que é necessário para a conquista de uma maior importância de ser ouvido nos debates públicos, reforma agrária,

no. Em função disso, os servidores são tratados de forma a desestimular a permanecer no serviço público, são taxados de marajás e de outros termos pejorativos. A ideia é desestimular o serviço público para que o público não acredite no próprio serviço prestado pelo Estado. É um ciclo vicioso. O servidor tem que lutar para que se conheça a sua função e de que lado tem uma função social. O Estado tem um compromisso com a sociedade e o servidor que presta o serviço de qualidade a sociedade e aí lutar e resistir que as palavras de ordem. O PDV é na forma de demonstrar que ninguém quer ficar no Estado. O PDV para estimular a sair não é para estimular a ficar.

T - Apesar dos grandes avanços tecnológicos e do grande número de profissionais que são lan-

çados todos os anos no mercado, a sociedade reclama da morosidade da justiça. Na sua opinião o que está faltando para que muitos processos saiam das gavetas?

C.B. - Não é só na justiça. O Estado não tem interesse na solução dos problemas coletivos da sociedade. Por exemplo, falta servidores no Judiciário. O Judiciário carece de mais funcionários para tocar mais velozmente os processos. Enquanto alguns setores do Estado tem um inchaço de servidores. Quantos servidores existem na Delegacia do Trabalho, e na Polícia Florestal e no Instituto de Fiscalização? Então, os órgãos de defesa da cidadania como também os órgãos de fiscalização e principalmente aquele que julga no final, que é o Judiciário, não têm funcionários suficientes. É como se quisessem que o cidadão não lutasse pelos seus direitos e que não tivessem seus direitos fiscalizados pelo Estado. Então, nesse sentido acho que não há uma preocupação com a celeridade dos processos e nem com a fiscalização para que se evite o próprio processo. Isso já é uma questão de consciência política deliberada.

T - Na sua opinião os sindicatos estão enfraquecidos?

C.B. - Claro que os sindicatos estão enfraquecidos. O sindicato no Brasil ainda carrega o preconceito ideológico que separou o mundo entre capital e trabalho. O sindicato sempre foi visto pelo capitalismo com um agente do comunismo. Como um agente inimigo. Então, como era um inimigo, sempre foi tratado como inimigo. A legislação brasileira carrega esse

ranço, esse preconceito contra o movimento sindical. E tudo fez e tudo faz para condená-lo a um papel insignificante na sociedade. O sindicato hoje com a ideia de que a história acabou, significa que o movimento acabou. Essa é a política que se não for revertida, vai conduzir ao fim do movimento sindical. Digo que há uma esperança no movimento sindical. A esperança é que se lute também pela globalização. Mas se os sindicatos ficarem voltados apenas para suas brigas internas, para seus próprios umbigos, aí eles vão ficar cada vez mais enfraquecidos e um dia certamente desaparecerão.

T - O senhor é a favor ou contra a súmula vinculante?

C.B. - A OAB é contra. Porque a súmula vinculante engessa o Judiciário. O Judiciário se torna mais ágil pelas disposições dos juízes de primeira instância, que são os juízes concursados, são os juízes que estão mais próximos dos cidadãos. Eles tendem a fazer com que as coisas cheguem ao Judiciário. Diferente do Supremo Tribunal Federal, que são juízes já em final de carreira

"O Judiciário carece de funcionários para tocar mais velozmente os processos."

e nomeados por critérios políticos. Então, a OAB entende que a legislação atual oxigena o próprio Judiciário trazendo discussões novas. A súmula vinculante impede que o Judiciário se fortaleça, cresça num ritmo mais próximo do crescimento da sociedade.

T - Qual a atual situação do Judiciário, nesta nova conjuntura?

C.B. - A OAB apresentou um projeto de reforma do Judiciário. Ela pretende que o Judiciário seja cada vez mais técnico. Em síntese, combate a súmula vinculante, pede o fim dos juízes classistas e busca dar mais autonomia aos juízes, tirar muito do conteúdo político que se tem no Judiciário. A OAB sempre compreendeu o Judiciário como um dos poderes mais sérios do Estado. Mas precisa de flexibilização maior e de uma transparência maior. Por isso é favorável também ao controle

externo do Poder Judiciário, que chamamos controle administrativo, para que a sociedade também possa participar dos destinos deste Poder. A população participa do Legislativo com o voto, do Executivo com o voto. Mas não participa do Judiciário. E a proposta do controle administrativo é a possibilidade da população opinar sobre este importante Poder, que também é composto pelo servidor público remunerado pelo cidadão.

T - Qual a sua opinião sobre lei de legalização do aborto?

C.B. - Não sou favorável que se aborte. Mas também, não sou favorável a colocar na cadeia quem se vê obrigado a abortar. Essa é a distinção que a sociedade deveria fazer. Se o aborto não é defensável, é também defensável punir aquela pessoa que se viu constrangida, que se viu obrigada a abortar com a cadeia? Ainda mais quando o nosso sistema penitenciário está longe de educar, ao contrário, incentiva o crime. Nesse sentido sempre defendi, a discriminação do aborto. Acho que o aborto deveria, como no direito português, ser seguido de uma boa orientação médica e psicológica para aquela mulher que precise ou necessite fazê-lo.

T - Qual a sua avaliação sobre o Governo Albano Franco?

C.B. - A Avaliação que se pode fazer é uma avaliação crítica. Albano Franco teve a virtude no início de implantar, por exemplo, a ideia da polícia cidadã. Mas ideia da polícia cidadã hoje tem sido comprometida. Hoje está se falando em policial encapuzado, está se falando em presos sem direito a comunicação com a família e nem com os próprios advogados. E isso significa um recuo de estratégia. No sentido dos servidores públicos, não são em relação ao presidente Fernando Henrique, como também a Albano Franco, o erro é de não se reajustar salários. A inflação existe, mas estamos a quatro anos sem reajuste salarial. Isso é um atentado que se faz a própria constituição, que "prevê a negociação coletiva e prevê reajuste que se combata a inflação."

RELAÇÃO DOS NOVOS CONVÊNIOS - SINDISERJ

- 01 - Farmácia SOUZA LTDA.**
Rua Laranjeiras, 209 - Centro
Tels. 222-7265 / 222-4964
Rua João Pessoa, 293
Centro Tel. 211-4597
Rua Capela, 232 Centro
Tel. 211-9619
Av. Hermes Fontes, 1025 - Centro
Resp: Bonifácio Tel. 231-2180
- 02 - Farmácia Farma & Ervas**
Rua Itabaiana, 222 - Centro
Tel. 211-2016
- 03 - Mendonça Comercial de Alimentos Ltda.**
Av. Charc. Osvaldo Aranha, 1240
Tel. 241-1111 Fax. 241-1811
- 04 - Restaurante Sabor Caseiro**
Rua Itabaiana, 08 - Centro
Tel. 211-6155
- 05 - Restaurante Rancho Gaúcho**
Praça Olímpio Campos, 629
Centro - Tel. 222-0903
- 06 - Restaurante Califórnia**
Rua Santo Amaro, 321
Tel. 211-6887
- 07 - Supermercado COMGEAL**
- (antigo Nutri Charque)**
Av. 7 de Setembro, 490
Centro - Tel. 211-9516
- 08 - Cantinho do CD'S**
Rua Santo Amaro, 145 - Centro
- 09 - Salão de Beleza Black Boy**
Rua Mariano Salmeyron, 296,
B. Siqueira Campos
- 10 - Restaurante TEMPERO BAIANO ME.**
Rua Santa Luzia, 59
Centro - Tel. 222-6366
- 11 - Açougue e Mercadoria São Luiz**
Rua Prof. José F. de Andrade,
3170 Tel. 255-2694
Coroa do Meio
- 12 - Camilla Modas**
Rua Geru, 206/207
Centro - Tel. 222-6587
- 13 - ODONTO SERV LTDA.**
Rua de Itabaiana, 94 Centro
Tel. 211-2145 / 224-6610
- 14 - UNIMED**
Av. Ivo do Prado, 540 B. São José
Tel. 211-8757
- 15 - Ótica Pontual**
Rua São Cristóvão, 276
Centro - Tel. 224-7740
- 16 - Centro Estético Encontro de Beleza**
Av. Ivo do Prado, 108
Centro - Tel. 211-7415
- 17 - E.T. Brinquedos**
Rua Delmiro Gouveia s/n,
Shopping Riomar, L-102
2º Piso Tel. 222-7766
- 18 - Stop Buy**
Rua Delmiro Gouveia s/n,
Shopping Riomar,
L-204 2º Piso
Tel. 222-4564
- 19 - Posto de Lavagem JAPIGUASSU**
Rua Poeta José Sales Campos, 976
Coroa do Meio
Tel. 255-1724
- 20 - Posto São Carlos**
Av. Rio Branco s/n Tel. 221-1116
- 21 - Educar Livraria e Papelaria**
Rua Geru, 214 - Centro
Tel. 213-1121
- 22 - Claudiamara Santos Silva Ramos (J & C Conveniências Livraria)**
Rua Marechal Deodoro Nº 110-B
Centro (ao lado da Ponte) em
São Cristóvão - SE Tel. 261-1242
(Falar com Cláudia)
- 23 - Neilma & sua Equipe (Salão de Beleza)**
Rua 7 de Setembro, 06
Centro - Tel. 211-1947
- 24 - Amorim Filhos (Supermercado)**
Av. Ottoniel Dória, 470 - Centro
Tel. 222-2280 / Fax, 211-2665
- 25 - M.M. Jóias**
Rua Itabaianinha, 262
Centro - Tel. 211-0948
Rua Geru, 236
Centro - Tel. 211-3253
Rua 24 Horas
- 26 - Ki Sorvete**
Rua João Pessoa, 213 - Centro
Tel. 222-5414 (Refeições)
Rua João Pessoa nº 71 Sala-08
Térreo Centro Tel. 222-5418
- 27 - Restaurante Executive Glutton**
Praça Olímpio Campos

Câmara envia votos de congratulações a filiado

Através de uma solicitação do vereador João Carlos Pimentel, a Câmara Municipal de Aracaju aprovou reconhecimento reconhecendo os bons serviços prestados ao Judiciário sergipano pelo nosso filiado Jorge



Luiz da Lapa (foto). Jorge, guarda de segurança do tribunal, sempre atende com presteza, educação e eficiência ao público. É respeitado pelos colegas e superiores. É um verdadeiro exemplo de profissional e ser humano.

O ANALFABETO POLÍTICO

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o

peito dizendo que odeia política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais

(Bertold Brecht)

SINDISERJ é reconhecido como utilidade pública

LEI Nº 3.771 de 28 de Agosto de 1998

Reconhece de utilidade pública o SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE, com sede e foro na Cidade de Aracaju - SE

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecido de utilidade pública o SINDICATO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE, com sede e foro na cidade de Aracaju - SE.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aracaju, 28 de agosto de 1996; 175º da Independência e da 8ª República

ALBANO FRANCO
GOVERNADOR DO ESTADO

LUCIANO AUGUSTO BARRETO CARVALHO
Secretário-Chefe da Casa Civil, em exercício

“Essa justicinha, dama de má vida ...”

“É agradável ser condenado pela Justiça que absolve criminosos de colarinho branco”

**Exma. Sra. Juíza de Direito
Márcia Tessitore:**

Eu não tinha a intenção de apresentar qualquer defesa no processo de abandono de cargo no qual sou réu. Porém, a atitude de meu advogado, dando-se ao trabalho de me procurar a fim de que eu lhe apresentasse meus motivos, de forma que ele pudesse preparar minha defesa, cou-me, e me fez voltar atrás.

Diante de atitudes como esta, de meu advogado, chego a crer que talvez ainda existam pessoas idealistas no círculo do Poder Judiciário.

O fato, Excelência, é que há três anos não trabalho. A Psiquiatria tem um diagnóstico para isso, tal como já foi anteriormente apresentado em laudo solicitado por V. Ex.^a em outro processo de abandono de cargo. Tentei manter-me afastado para tratamento médico. Porém, um médico do Departamento de Cirurgias, que nunca me viu, nem examinou, julgou que me bastavam dois- e não três meses- de afastamento.

Se ainda não fui até o fórum para pedir minha exoneração, é porque considero seriamente a possibilidade de estarem os psiquiatras certos a meu respeito.

Por outro lado, também não comparecerei para os atos deste processo, pois não reconheço a autoridade do Poder Judiciário brasileiro para julgar qualquer de meus atos.

Independente do que pensam os médicos, eu não consigo mais cumprir mandados. Não consigo mais, porque não creio mais em absolutamente nada do que o Poder Judiciário se diz representar. Não posso

mais continuar a ser cúmplice nesse espetáculo cruel de distribuir “justiça” apenas a pretos e pobres, enquanto criminosos de colarinho branco permanecem intocados.

Sou oficial de justiça desde 1991. Nesse meio tempo, fiz coisas nada elogiáveis. Corrompi-me e assisti outros se corromperem. Vi juízes prevaricarem ou abusarem de seu “Poder”. Menti e participei de mentiras de outros. Vi advogados venderem seus clientes às escâncaras. Mas nada disso, doutora, ou antes, tudo isto não é nada se comparado ao cumprimento de um só mandado. Nenhum desses meus erros se compara ao fato de haver posto na rua uma família inteira na antevéspera de Natal. Tudo dentro da Lei, é claro. Nada disso se compara, doutora, a colocar uma família para fora de um apartamento, que eles haviam invadido no CDHU, sabendo que eles não tinham para onde ir e sabendo que os “donos” aos quais a justiça dera ganho de causa, possuem mais imóveis, têm carros e bons salários.

Alguém já disse: “O que é roubo de um banco, comparado a fundação de um banco? “Parafrazeando digo: O que é um mandado, comparado a expedição de um mandato?

Não. Não vou continuar sendo cúmplice desses crimes. Creia-me doutora: algum dia este país vai mudar e tudo e tudo o quanto foi feito por esta justiça, será execrado, julgado e devidamente.

Mas no momento, o que temos é apenas uma parte do instrumento de dominação de

uma elite podre sobre a maioria miserável e indefesa.

Nossa política não serve ao povo. Nossa Justiça não serve ao povo. Nosso Congresso não serve ao povo. Não reconheço, nesse serralho denominado justiça, a autoridade, a isenção e, sobretudo, os atributos morais necessários para julgar quem quer que seja.

Se não, que me responda: que atributos para julgar possui esta justiça, desconhecida que é 70% da população do país a que diz pertencer?

Que espécie de justiça é esta, que me julga por abandonar meu cargo, se ela própria jamais assumiu suas funções?

O que dá a esta justiça o poder de julgar, se ela não atende ao povo, em nome de quem se exerce, pretensamente, toco o poder?

Que ascendência moral pretende ter sobre mim este circo, eu, que ao menos tenho a decência de ser réu confesso de meus erros?

Quem são vocês, senhores e senhoras de nego hábito? Onde, exatamente, reside a vossa moral para punir seus subalternos, se para vocês, a maior punição é a disponibilidade remunerada?

Que é o Tribunal de Júri senão um coliseu moderno, onde os pretos são jogados aos leões? Asseguro-lhe que não há coisa mais hipócrita que dizer que ali a sociedade julga a sociedade. Ali, a classe média, amparada nos ideais da elite, julga os miseráveis.

Como se pode dizer que a sociedade esteja representada ali, naqueles bancos? Somente sendo totalmente imbecil ou

sendo muito mal intencionado. O grupo de marionetes formado, geralmente representa 30%, quando muito, da sociedade.

E é esta justiça que vem me processar?

Tenho, doutora Márcia, a mais profunda aversão por tudo o que vi e do que esta justiça representa. Aversão não, trata-se de nojo mesmo. Esta Justicinha cega, surda, muda e entevada. Feita por juízes tão arrogantes, que não consideram que a roupa de um trabalhador seja digna do ambiente do fórum. Proíbem-lhe a entrada no fórum em trajes que são os do dia a dia da esmagadora maioria da população e o fazem com a arrogância de quem tem o direito de decidir o que é moral ou imoral.

Mas é claro, o direito foi além. Ele definiu a própria moral. Palmas! É o Admirável mundo novo, não! É o Admirável terceiro mundo novo.

Essa justicinha de mentirinha, essa coisa cruel, eu a considero uma dama de má vida, que flerta com pobres por diversão, mas deita-se com os ricos por profissão.

Talvez os médicos estejam certos.

Saiba, doutora, que se eu for condenado nesse processo- e creio que o serei- terei orgulho disso. Para mim é agradável ser condenado pela justiça que absolve criminosos de colarinho branco. Seria como - guardadas as devidas proporções- ser fuzilado por nazistas.

Juízes são criaturas estranhas. Estudam a fundo a lei.



O ÚLTIMO IMPERADOR

Pequim 1908 - um menino de três anos torna-se o Imperador da China. Seu nome é Pu Yi.

Apenas três anos depois, a China passa a ser uma República. A dinastia Qing é forçada a abdicar e mais de três mil anos de domínio imperial chegam ao fim. A única pessoa que parece não compreender é o imperador de três anos de idade. Ganhador de nove prêmios da Academia, incluindo melhor filme, a história do último imperador da China é um conto de intriga, traição, guerra e desastre nacional. É também a história pessoal de um dos mais extraordinários anti-heróis dos tempos modernos.

A FRATERNIDADE É VERMELHA



Valentine (Irène Jacob) está dirigindo seu carro de volta para casa, quando atropela algo em seu caminho. Ao descer do veículo, encontra uma cachorrinha ferida, com o endereço de seu dono na coleira. É assim que ela fica conhecendo a pessoa que iria alterar o curso da sua vida: um juiz aposentado, que termina seus dias espionando conversas telefônicas de seus vizinhos. Por trás deste estranho comportamento, está o enigma de um homem cujo motivo vital é tomar posse da intimidade daquelas pessoas e acompanhar passo a passo o desenrolar de seus destinos...

A LIBERDADE É AZUL

Ganhador do Leão de Ouro e do Prêmio de Melhor Interpretação para Juliette Binoche (Oscar de Melhor Atriz em 1997, pela atuação em *O Paciente Inglês*) no Festival de Veneza, é a primeira obra da trilogia dirigida pelo cineasta polonês Krzysztof Kieslowski sobre as cores da bandeira francesa - os outros filmes foram *A Igualdade É Branca* e *A Fraternidade É Vermelha*. Com belíssima trilha sonora composta por Zbigniew Preisner, o filme conta a história de Julie, uma mulher que perde o marido, Patrice, e a filha em um acidente de automóvel. Muito abalada, decide retomar a obra do marido: terminar um concerto sinfônico pela unificação da Europa. "A liberdade é Azul é um filme deslumbrante. Juliette Binoche re-



vela-se uma atriz tão intensa que não precisa de muitos elementos para dar o máximo de expressão às cenas em que aparece. Há uma entrega total entre atriz e personagem" (O Estado de S. Paulo, 24/10/1993)

KOLYA, UMA LIÇÃO DE AMOR

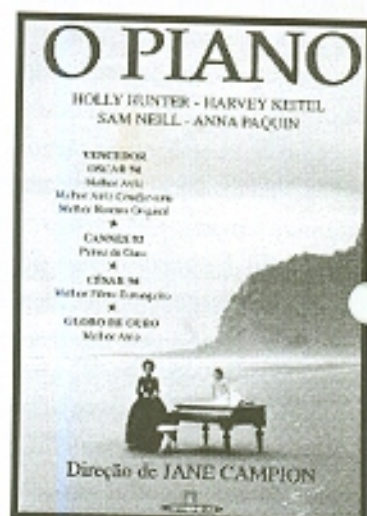


Premiado com o Oscar e o Globo de Ouro de Melhor Filme Estrangeiro, o longa-metragem do diretor tcheco Jan Sverak, conta uma singela e envolvente história de amizade. Um velho e rabugento violoncelista interpreta-

do por Zdenek Sverak, é demitido da orquestra sinfônica e passa a tocar em funerais. Sua sorte muda quando ele se casa com a prima de um coveiro, apenas para ajudá-la a conseguir a cidadania, e recebe por isso grande quantidade de dinheiro. Logo depois a mulher foge e acaba sobrando para ele a incumbência de cuidar do filho dela: uma criança carinhosa e cheia de vida (Andrej Chalimon).

O PIANO

1870. Ada (Holly Hunter), muda desde os seis anos, e a filha Rara (Anna Pawb) partem para a Nova Zelândia, levando um piano. Lá são recebidas por Alisdair Stewart (Sam Neil), futuro marido de Ada, que não vê utilidade no instrumento e o vende a um vizinho, George Baines (Harvey Keitel). Na verdade, Baines compra o piano para se aproximar de Ada, que começa a frequentar sua casa, a pretexto de dar-lhe aulas. Nasce uma paixão proibida. Ada se entrega a Baines, recupera o piano e perde o pouco respeito que tinha pelo marido. O preço do desenlace será violento.



TOMATES VERDES FRITOS

Um dos filmes mais marcantes da década pela beleza da história e riqueza de seus personagens. Os brilhantes desempenhos de Jessica Tandy (indicada para o Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante) e Kathy Bates encantaram platéias do mundo inteiro. Inspirado em livro de Fannie Flagg (que também assina o roteiro), o filme tem como fio condutor as visitas que Evelyn (Kathy Bates),

uma frustrada dona de casa, faz à tia do marido em um asilo. Lá conhece Ninny (Jessica Tandy), que a cada visita lhe conta um pouco da história de duas mulheres ligadas por uma forte e comovente amizade: Idgie (Mary Stuart Master-son) e Ruth (Mary Louise Parker). "Um fenômeno do cinema que reúne um time de atrizes de primeira." (Folha de S. Paulo, 12/04/96)

